

TRANSCRIÇÃO DA REUNIÃO DE JANEIRO2018 - CONDEMA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47

A reunião se inicia com a leitura da ata da reunião anterior, onde é observada a ausência da fala do Sr Leonildo, representante da Associação de Agricultores da Jaqueira e Cajueiro, que havia se manifestado na reunião anterior sobre as invasões que tem ocorrido há anos no local sem que nenhuma providência ainda tenha sido tomada. Sua fala foi incluída e a ata aprovada por unanimidade, tendo início a reunião. A Presidente do CONDEMA discorre sobre o Facebook, ressaltando que o mesmo não é instrumento de gestão pública, mas um instrumento e que os conselheiros estão sujeitos à mesma lei que apontam que o poder público tem que cumprir, e pede que os mesmos imprimam e ou coloquem na leitura o decreto 4.356, que dispõe sobre o regimento interno e a Lei 3498 que estabeleceu o CONDEMA, lembrando que cada vez que um dos integrante do conselho vir alguma irregularidade ele tem que cumprir aquilo do qual está imbuído que é a fiscalização ambiental da cidade. Pois denúncia não se faz por Facebook e que se há algum desconhecimento de como o estado funciona que é baseado na legalidade, onde há instrumentos hábeis para acionar as autoridades, ela gostaria que se esclarecessem nesse sentido e ressalta que não vai responder marcação do Facebook, mesmo porque a pasta de um gestor é de uma demanda infundável. Como exemplo, cita o fato ocorrido na praia com os caminhões que carregavam a areia, no momento ela estava com duas viaturas da polícia ambiental e se as pessoas a tivessem acionado, teria resolvido o problema na hora e observou que considera um ato de covardia não enfrentar a pessoa e perguntar para ela o que está acontecendo e ficar no Facebook marcando as pessoas, pois a temporalidade da gestão ambiental é diferente da temporalidade das mídias sociais pois ela nunca sabe se o que está recebendo está acontecendo em tempo real. Cita o caso da Arena, dizendo que foi uma outra situação, e a única pessoa do CONDEMA que procurou o Depto. do Meio Ambiente para se informar foi a Conselheira Mari Polachini o que a faz crer que essa bandeira levantada por muitos dos integrantes é uma grande falácia porque quando você está realmente preocupado com o bem que você tutela, toma medidas para isso. Ressalta que está com as portas abertas do Depto. para receber os integrantes do CONDEMA a hora que for, mas que não adianta mandar por whatsapp e nem fazer qualquer tipo de marcação, integrante do CONDEMA tem um dever maior e que se ficar no mesmo nível da massa, que muitas vezes é ignara, afirma que nós não vamos conseguir fazer gestão ambiental nessa cidade, e pede que liguem para o Depto. porque sempre tem um funcionário lá e que no momento em que estavam postando uma questão grave no Facebook, o outro funcionário estava indo resolver outra questão no Guaraú com as duas viaturas da ambiental e ela estava definindo de que forma seria a alimentação das crianças daqui da cidade junto com a instalação de um sistema alimentar e nutricional, o que ela acha que não é pouca coisa. Ela estava definindo também o levantamento produtivo da cidade para poder alcançar o ponto de alimento, e cita a presença do Sr Leonildo como representante do segmento da outra pasta com a qual ela também está envolvida. Ela acha que faltou um esclarecimento da parte dela da maneira como ela iria trabalhar com os conselheiros, que para ela o Facebook não existe, que poderia ser usado para outras ferramentas e repetiu a advertência de que os integrantes do CONDEMA deveriam ler o Regimento Interno, por que ele também é pautado pela lei, pelo princípio da impessoalidade, da moralidade, ele tem que ter decoro, tem que ter um comportamento que destoe daquilo que as pessoas estão fazendo aí fora, terminada essa fala, ela se coloca à disposição para falar sobre a questão da Arena Peruíbe, em que o

48 processo interno foi alimentado com mais de 100 páginas, com 5 TVAs, 3 laudos, 2
49 pareceres da CETESB e 1 do Promotor e tudo está à disposição de quem for ao Depto.
50 do Meio Ambiente e que não há como fazer isso em uma plataforma virtual, que é explicar,
51 e fala que a única comissão que a procurou para se informar foi a dos integrantes do
52 MoCAN, e ela ligou para o Conselheiro André Ichikawa, para que fosse na qualidade de
53 Secretário do Conselho, e que o restante preferiu outras formas, que isso é uma escolha
54 de cada um, que ela disse como vai trabalhar com os conselheiros e espera que não haja
55 dúvidas com relação a isso. O Secretário do Conselho, Conselheiro André Ichikawa, pede
56 a palavra para dizer que as fotos foram tiradas e postadas no Facebook por ele, que
57 estava na praia e tirou, e que além de conselheiro ele é sociedade civil e que não pode
58 ser censurado por isso, ao que a Presidente Dra. Rosângela alegou que ela não o
59 censurou, mas que ele poderia ter feito direto a denúncia. A Conselheira Mari diz que o
60 que a Presidente do Conselho está dizendo é que ele, por ser Conselheiro do CONDEMA,
61 além de ter postado, que é um direito seu como sociedade civil, pois ela também faz isso
62 como sociedade civil, ele deveria ter ido lá e perguntado se aquelas pessoas estavam
63 tirando a areia com autorização, de quem era a autorização, de quem era o caminhão, se
64 era da prefeitura, de empresa particular, para onde estava sendo levado aquele material,
65 quem mandou fazer isso, se tinha número de ordem de serviço, porque foi essa a postura
66 que ela teve diante de uma ligação de denúncia que recebeu do Secretário André Ichikawa
67 sobre a Arena Peruíbe, quando ela imediatamente acionou o MoCAN, que foi quem a
68 elegeu, alguns integrantes do Movimento Ihe deram carona e a acompanharam ao local e
69 fizeram as perguntas para saber quem havia ordenado a roçada, nome do responsável,
70 quem era a empresa responsável, por achar que é esse o papel do conselheiro. O
71 Secretário André Ichikawa diz que havia um monte de gente por lá, e que a primeira coisa
72 que fez foi buscar essas pessoas como testemunhas, mas na hora que chegou lá eles
73 saíram correndo, a Presidente Dra. Rosângela pergunta por que ele não a acionou e que
74 cada um faz no seu Facebook o que quiser só que com o mesmo dedo que ele acusa o
75 poder público no cumprimento da lei tem que voltar para ele, pois se ele não sabe com
76 que instrumentos legais a gente pode fazer com que a denúncia seja encaminhada, não
77 se espera isso da sociedade civil. Essas demandas que são terapêuticas não cabem na
78 gestão pública. Para que haja seriedade, em especial aos conselheiros do meio ambiente,
79 a gente vai ter que criar uma forma de cumprir aquilo no qual estão imbuídos que é
80 responsabilizar a formulação, aplicação e controle de uma política municipal de meio
81 ambiente. O Secretário André Ichikawa pontua que se o poder público cumprisse as regras
82 da maneira certa não haveria esses problemas e a Presidente questiona em que lugar do
83 mundo há um poder público que seja ideal, pois não há, que o que ela está perguntando
84 é qual o papel que ele vai querer representar diante desse novo momento ambiental, pois
85 cada um vai poder escolher o seu, o poder público tem que cumprir a lei, tem, mas o que
86 acontece tem que ser encaminhado da forma correta, é isso que ela está pedindo. O
87 Secretário André Ichikawa alega que encaminhou e a Presidente pergunta se foi ele quem
88 denunciou adequadamente para ser criado um procedimento interno e a Conselheira
89 Sylvia Lyra se identifica como a denunciante formal. O Secretário André Ichikawa
90 pergunta à Conselheira Sylvia se ela falou com a Presidente Dra. Rosângela e ela diz que
91 enviou um whatsapp, o que considera ter sido um erro dela, o Secretário André Ichikawa
92 alega que ele que avisou a Conselheira Sylvia e a Conselheira Mari diz que ele deveria
93 ter avisado direto com a Presidente Dra. Rosângela. A Presidente do Conselho inicia a
94 fala sobre a questão da Arena Peruíbe, dizendo que havia inclusive sido registrado na ata
95 anterior onde tinha um compromisso de que seria realizado um laudo de fauna para que

96 houvesse a constatação do local e a partir disso esse estudo subsidiasse qualquer tipo de
97 movimentação do poder público. Citou que a Conselheira Mari acompanhou a roçada que
98 foi realizada, havia um biólogo que ela não mencionou por questões de ética mas que a
99 empresa vai ter que responder, depois entrou o Conselheiro Bruno Lima, mas que no
100 primeiro momento havia um biólogo responsável para que houvesse o acompanhamento
101 da fauna e no momento da roçada foram detectados aqueles ninhos de quero-quero e de
102 coruja. Ela fala que a atitude dela foi pegar o laudo da polícia ambiental que foi realizado
103 pela Conselheira Mari, depois foi produzido um laudo de fauna, pelo Conselheiro Bruno e
104 encaminhou tudo para a CETESB, pois há uma necessidade de entendermos como
105 funciona o estado até mesmo para superar essa mentalidade inquisitorial ou provinciana,
106 da época da colônia, pois ela não acumula dentro dos cargos dela o papel de técnica da
107 área ambiental, acusadora, juíza e executora; dentro de um estado democrático de direito,
108 essas funções são divididas entre pessoas que tem competências para isso, somente na
109 inquisição ou na província a pessoa conseguia fazer isso. Às vezes ela acha que há uma
110 demanda das pessoas para que ela seja a técnica responsável do meio ambiente, que
111 acuse, que julgue e que seja a carrasca de destroçamento em praça pública e ela não
112 pode acumular esses papéis. O que ela fez foi diante de uma situação que exigia a
113 chamada de outras competências para exercer a autuação e também a apuração de
114 responsabilidades realizadas, ela chamou a polícia militar ambiental, tem 5 TVAs, chamou
115 a CETESB, tem 2 laudos deles, e chamou o promotor e toda essa documentação está à
116 disposição dos presentes e quem quiser pode ir lá, pois não é possível vencer mais de
117 100 páginas de um processo sem que se esteja manuseando para saber do que se trata
118 e mais uma vez reitera que certos contatos não poderão ser vencidos por outras formas
119 que a sociedade hoje criou e diante disso agora está na mão dessas outras autoridades
120 para que elas resolvam e ela vai encaminhar, os conselheiros já fizeram isso, para a
121 promotoria decidir o que ela vai fazer e como gestora ela fez o que devia, acionando um
122 alvo que ela definiu como um dever dela, enquanto as pessoas estavam discutindo qual
123 era a cabeça de quem tinha que ser cortada, a minha preocupação era com aquela fauna
124 que estava lá e o Conselheiro Bruno está aqui como testemunha ela saiu da Arena era
125 mais de 5 horas no dia do primeiro evento, até se assegurar da segurança dos animais ali
126 pois haviam 4 filhotes de quero-quero, pois as corujas foram para um outro lugar que
127 estava mais preservado e guardado, ela só saiu de lá após se assegurar de que os 4
128 filhotes estavam a salvo. E finalizou dizendo mais uma vez que o processo estava à
129 disposição no departamento para tirar qualquer dúvida. A Visitante Claudete Andreotti
130 pede a palavra e diz que o discurso é muito bonito, mas a prática é horrível, simplesmente
131 não vamos fechar os olhos para o que aconteceu lá não, a Presidente pontua que não tem
132 poder de polícia para intervir e que o que fez foi encaminhar para as autoridades que
133 podem exercer a competência que ela não tem, a visitante diz que entendeu e que
134 também foi o que fez e que então houve uma duplicidade de encaminhamentos e
135 questiona o porquê de ter esse tipo de eventos naquele local, por que não no kartódromo,
136 na entrada da cidade, e se os laudos da CETESB, da ambiental, se são álibi para fazerem
137 aquilo lá. A Conselheira Mari pontua que não é o CONDEMA quem decide esse tipo de
138 coisa, que a Presidente Dra. Rosangela faz o encaminhamento, que ela, a conselheira
139 Sylvia, também fizeram, e o Secretário André Ichikawa entrou no GAEMA, ao que a
140 Visitante Sra. Claudete alega que também entrou com esses encaminhamentos, e a
141 conselheira Mari encerra dizendo que tem que aguardar. A Presidente Dra. Rosangela
142 fala que para fazer gestão ambiental tem que produzir um conhecimento que é
143 minimamente pautado em conhecimento científico então se vier com qualquer laudo ou

144 algum documento produzido porque aí ela vai ter que sair da zona de conforto e estudar
145 e começar a produzir documento e qualificar, se alguém lhe apresentar isso, isso vai ser
146 defendido por ela, caso ela concorde, até o fim, agora, você simplesmente se opor porque
147 causa desconforto, isso também é da ordem terapêutica e ela não dá conta, isso não é
148 gestão ambiental. Se alguém quiser produzir algo e apresentar dizendo ser essa a análise
149 pessoal do caso está à vontade para ela poder discutir e ver se realmente é assuntivo, as
150 pessoas que produziram algo são pessoas que tem responsabilidade técnica. Até agora
151 elas não foram contestadas nesse sentido, é uma empresa séria na qual um dos
152 integrantes está aqui no CONDEMA, até agora eles não foram desqualificados
153 tecnicamente, então ficar de forma leviana acusando os outros de estar produzindo laudo
154 ou pareceres tendenciosos, tendencioso é quem diz. A Presidente do Conselho afirma
155 que a conversa dela com o Conselheiro Bruno foi o seguinte, ela não conhece nada de
156 biologia mas conhece de produção de conhecimento científico. A metodologia empregada
157 é uma metodologia que passa pelo que ela conhece e ela falou para os dois conselheiros
158 envolvidos nos laudos que não queria que fizessem revisão bibliográfica para fundamentar
159 o laudo deles, mas queria pesquisa in loco, então o que ela tinha para fazer, ela fez. A
160 Visitante Sra. Claudete afirma que não está acusando a presidente do conselho de nada,
161 e a presidente diz que sabe disso, apenas que quer deixar as coisas bem claras, pois sabe
162 que a Visitante Sra. Claudete teve a coragem de falar, mas que essa mesma questão deve
163 ter sido represada por outras pessoas e que se alguém apresentar um parecer que faça o
164 contraponto isso vai entrar na hora em um processo em que vai ter um peso, e pergunta
165 onde isso foi apresentado. O visitante Sr. Plínio Melo solicita a palavra, ao mesmo tempo
166 que a Conselheira Mari erguia a mão para se inscrever na sequência e ele começa a gritar
167 com ela, que tenta explicar que apenas erguera a mão para se inscrever com o secretário.
168 O Visitante Sr. Plínio afirmou que os laudos todos foram feitos depois da roçada, quando
169 é contestado pelo Conselheiro Marcelo que tenta explicar que o laudo de flora havia sido
170 feito antes, o Visitante Sr. Plínio eleva a voz e afirma que pensava que ali tinha o direito
171 de fala assegurado e que se for virar um debate ele não vai mais respeitar ninguém. O
172 Conselheiro Thiago tenta intervir solicitando que ele se acalme ao que ele se põe a gritar
173 e a Presidente Dra. Rosangela solicita ao Conselheiro Thiago que não intervenha, que o
174 deixe falar. Ele diz que o laudo do Conselheiro Bruno afirma que aquela é uma área de
175 reprodução de uma espécie endêmica em extinção. A Presidente pontua a APP, ao que o
176 visitante diz que APP é área de proteção permanente que é caracterizada pela distância
177 de córregos, rios e mares, e que todo mundo sabe disso, e a presidente diz que ela só
178 queria esclarecer às pessoas que ele não estava falando da área da Arena, e sim da APP,
179 da área que era remanescente e que isso que o Conselheiro Bruno havia falado. O
180 Visitante Sr. Plínio pergunta se é debate e diz para deixa-lo falar ao que a Presidente diz
181 que seria mais honesto da parte dele dar detalhes do que ele está dizendo porque as
182 pessoas, mas ela não pode concluir pois ele eleva a voz e diz de novo se é debate, e que
183 “ - se a senhora não deixar eu concluir eu não admito que a senhora fale em
184 desonestidade, a senhora está usando de uma técnica baixa e chula para, a senhora não
185 deixa eu concluir (já gritando)...” e impede a fala da Presidente, que tenta argumentar.
186 Alguns conselheiros tentam acalmá-lo, pedindo que ele se acalme e ele continua falando
187 em voz alterada para que o deixem concluir. O Conselheiro David pede-lhe que baixe a
188 bola e ele se vira para o conselheiro, apontando o dedo de forma agressiva e fala para ele
189 também abaixar a bola. Ele continua falando de forma alterada que não está usando de
190 nenhuma técnica, que está dizendo que o laudo do biólogo apontou espécie endêmica,
191 ou seja, espécie que vive naquela região e se reproduz naquela região. Então é espécie

192 em extinção. Em qualquer administração séria a área seria isolada. A Presidente pergunta
193 de que área ele está falando. Várias pessoas começam a falar ao mesmo tempo e o
194 Conselheiro Ribas solicita que o regimento seja seguido e que se veja quem pode falar e
195 por quanto tempo, aí o Visitante Sr. Plínio pergunta se vai ficar sem concluir, e diz que vai
196 concluir com os amigos, e começa um novo tumulto, dizendo para a presidente que o
197 diretor do Depto. de Obras, “que é o chefe dela”, ela retruca que não, ele insiste que ele é
198 o chefe dela e ela pergunta se ele leu que o Meio Ambiente está ligado ao Gabinete, ele
199 pergunta se não é mais subordinado a Obras e desde quando, a presidente diz que desde
200 o ano passado e lhe pergunta se ele não sabe que o Meio Ambiente é subordinado ao
201 Gabinete, ao que ele se cala e não fala mais nada. Mais uma vez o Conselheiro Ribas
202 pede que o regimento seja seguido e o tempo de fala respeitado. O Conselheiro Marcelo
203 abre mão da sua fala e a Conselheira Mari toma palavra e inicia dizendo que também
204 concorda com o absurdo que é a utilização da área para a instalação da Arena, reitera
205 que esteve lá, chamou a ambiental, fez a denúncia, mas que ela soube e o Conselheiro
206 Ribas pode confirmar, que há um projeto, inclusive a empresa da Arena Peruíbe entraria
207 como parceira, para que aquela área toda se transforme num parque de shows, numa
208 área de eventos tanto que pretende fazer uma solicitação para que seja uma discussão
209 junto com a sociedade civil, para saber se é o que ela quer também. O Conselheiro Ribas
210 toma a palavra e diz que há um grande projeto naquela área, diz que existe uma proposta
211 para ser feito um a partir do estudo de um EIA-RIMA e de todo um processo de consulta
212 que são exigidos na lei. Quanto à parceria com a empresa de shows, não existe nada, o
213 que existe é uma diretriz de planejamento do município que seja feito um projeto de
214 ocupação da área aprovado pelo Conselho Municipal de Turismo que tem verba para
215 utilização, esse tipo de recurso, claro e com certeza que qualquer projeto dessa intenção
216 tem que ser feitos todos os licenciamentos ambientais e todos os procedimentos legais,
217 só isso, a Conselheira Mari pede a réplica e diz que ficou sabendo através da fala de um
218 dos proprietários dessa Arena e pelo que ela havia entendido era isso, que ele estava em
219 conversação com a prefeitura e que ele estava incluído nesse processo, e é lógico que
220 sem um EIA-RIMA, sem que seja um projeto sério que passe por todo o rito e normativas
221 de aprovação não sairia, e afirma que a sua proposta vai além disso, ela pede que antes
222 da elaboração do projeto haja uma discussão na qual além do CONTUR seja envolvido
223 também o CONDEMA, porque ela acha que diz respeito à questão ambiental e que a
224 sociedade civil também faça parte dessa discussão, audiência pública, o Conselheiro
225 Ribas fala que nessa discussão que ela está colocando não há como fazer nada sem que
226 seja feito o EIA-RIMA, um estudo preliminar, e a consulta pública. A Conselheira Mari
227 retruca que quando esse processo de audiência pública acontece o EIA-RIMA já está em
228 estudo para licenciamento prévio dentro do órgão competente, e a sugestão dela é que
229 antes do projeto, antes de se decidir se esse projeto vai acontecer haja esse diálogo com
230 a sociedade civil e haja essa conversa dentro do Conselho do Meio Ambiente. Ela explica
231 que a preocupação dela se deu diante do fato de que além da roçada sem a apresentação
232 dos devidos laudos e de tudo que aconteceu que ela acha que a maioria já acompanhou,
233 aquela área foi aterrada, jogada areia, jogaram brita, abriram uma vala para escoamento
234 de água, compactaram, detonaram, inviabilizaram como uma área de recuperação de
235 restinga, então diante disso que ela achou que esse projeto já estava em um estágio mais
236 adiantado porque o que ela viu lá foi uma preparação para isso, para que aquela área se
237 tornasse uma área própria para eventos. Então diante disso, ela torna a insistir que esse
238 processo se torne público e com a participação da sociedade civil. O Conselheiro Ribas
239 replicou dizendo que não exige a necessidade do questionamento do CONDEMA e

240 lembrou que aquela área já faz muito tempo que foi aterrada e há muito tempo que tem
241 evento ali em cima e quem faz qualquer ação desse tipo tem que haver estudo ambiental
242 e estudo a respeito, A Conselheira Mari reitera o pedido de participação da sociedade civil
243 e o visitante Sr. Plínio pede o favor de um aparte e aproveitando a presença do
244 Conselheiro Bruno pede que ele fale de que área ele fez o estudo. Com a palavra, o
245 Conselheiro Bruno diz que não é porque ele não gosta do Luan Santana, pois ele
246 realmente não gosta desse tipo de evento. Se fosse realmente para fazer esse primeiro
247 estudo ali, ele diria que não. Quando ele foi contratado foi para uma área que ele lembra
248 que quando era moleque tinha pista de motocross, ele estava no México não sabe como
249 ficou essa área, mas quando ele chegou, ele não viu se tinha roçada ou não, ele não sabe,
250 mas ele não viu nenhuma vegetação de restinga na área da Arena, ele viu a restinga do
251 lado e falou se eles iriam fazer o show na restinga e eles disseram, que não, na arena, e
252 foi o que ele colocou no laudo, que realmente na restinga há espécies ameaçadas, tem
253 aves do Canadá que passam por aí, e ele falou gente, na restinga vocês não podem fazer
254 nada, pelo amor de Deus. Vocês têm que cercar isso, até pôs no laudo, cercar com tapume
255 de 2 metros, distantes 4 metros como escudo. Ele falou na área aqui da Arena, não vejo
256 problema nenhum, mas tem ovos de quero-quero, então entrou com um pedido para
257 fazerem a remoção, foram anilhados para fazer acompanhamento e depois em uma
258 oportunidade em que pediu para deixar os tapumes abertos, porque eles já precisavam
259 se deslocar, eles foram os 4, ali anilhados, eles têm até nome, Luan Santaninha. Então
260 a área que ele viu, ele não viu nenhum (nome científico). Nenhum capim, se tivesse visto
261 um ele diria que não podiam fazer ali. Parece que um biólogo havia aconselhado a roçar,
262 mas não sei se roçou, mas para finalizar, disse que o laudo que ele fez não permitiria
263 nada, pois não é órgão licenciador, é que seria possível haver um evento ali pois já era
264 uma área aterrada, antropizada, alterado o bioma, mas teria que ter um segurança 24
265 horas naquela restinga, e ele falou que não queria ninguém que venha assistir o show
266 tentando subir no tapume e pisoteando a restinga com ovo de passarinho e aves
267 migratórias e aquela área deveria ser protegida com segurança, eles puseram segurança
268 com cachorro, ninguém entrou ali, e um tapume de 2 metros distante 4 metros, para se
269 caso o pessoal ainda derrubasse o tapume, para não esmagar, Foi feito o tapume. O
270 Visitante Sr. Plínio tentou tomar a palavra mas a Presidente impediu, o Conselheiro Ribas
271 também falava ao mesmo tempo, foi impossível entender o que se dizia. Quando
272 conseguiu falar, a Presidente Dra. Rosangela disse ao Visitante Sr. Plínio que Unidade de
273 Conservação era diferente de área de preservação permanente, e pediu que ele olhasse
274 a literatura pois ele estava confundindo. Com relação ao que diz respeito ao laudo de flora,
275 ele foi realizado antes pelo Conselheiro Marcelo, da MM, o laudo de fauna, ninguém até
276 hoje disse o contrário, foi feito depois, mas o laudo de flora foi feito antes e foi com
277 subsídios meus, nesse ponto a fala da presidente é novamente interrompida pelo Sr Plínio
278 que diz que foi a pedido da empresa, ao que ela retruca que não desqualifica o laudo deles
279 tecnicamente, ao que o Visitante Sr Plínio redargui que moralmente sim, pois foi a
280 empresa, e se dirige ao Conselheiro Marcelo perguntando quem pagou o laudo. Nesse
281 ponto a presidente diz que se o Visitante Sr. Plínio não se comportar ela encerra a reunião,
282 o que provoca outra reação acalorada dos presentes exigindo a continuidade da reunião,
283 alguns sugerindo a saída do mesmo. Ela passa a palavra ao Conselheiro Marcelo ainda
284 sob os protestos do Visitante Sr. Plínio questionando sua autoridade. O Conselheiro
285 Marcelo fala que a empresa fez o laudo de flora, que caracterizaram a área, que não
286 determinaram nada, a empresa orientou a área passível de ocupação e a área que deveria
287 ser preservada, justamente a área onde se encontra a vegetação de jundu, na verdade a

288 área está preservada, onde o Conselheiro Bruno trabalhou e a outra área, nesse ponto o
289 Visitante Sr. Plínio recomeça a perguntar quem que pagou, dificultando a compreensão
290 da fala do conselheiro. A Presidente Dra. Rosangela diz que não interessa, pede licença
291 e convida o Conselheiro Kleber a tomar a palavra, para qualificar o discurso porque essas
292 imputações que vêm de outros móveis não fazem sentido e ela gostaria que ele, como
293 representante da PGM, que explicasse para as pessoas como funciona quando uma
294 empresa chega e pede permissão para o uso de área que foi o que aconteceu. O Visitante
295 Sr Plínio mais uma vez interrompe dizendo que a Gastrading fez isso e que é algo
296 maravilhoso e a presidenta pede licença de fala duas vezes e por favor que o Conselheiro
297 Kleber responda. O Conselheiro Kleber diz que existe toda uma cobrança do Depto para
298 que traga documentação e faça um estudo de análise, não é feito porque a pessoa é
299 conhecida e faz o que queira, tem todo um cumprimento da norma, se não houvesse lei,
300 eles não estavam lá, tudo que nós estamos realizando, tudo está vinculado, tudo tem um
301 respeito da norma e da lei. A empresa, para poder ter autorização, ela tem que dar o
302 cumprimento de todos os requisitos, dentre esses requisitos os estudos, as análises, e
303 isso é apresentado, enquanto esse estudo está sendo feito, todos têm acesso a isso, isso
304 é público, quem tem algo a contrariar, vai e apresente, lógico, através do que, através de
305 documentação e através de provas. É aquilo que você como presidente está levantando,
306 tudo tem que estar provado, não é eu acho, eu vejo, não existe isso. Existe sim, o nosso
307 conselho é formado por pessoas que têm um conhecimento, uma capacidade, dentro
308 desse existe a necessidade de ser proativo, eu vejo que existe por vezes, sim, uma
309 proatividade de quem tem o interesse de construir, agora quem tem o interesse de destruir,
310 não interessa documento pois não vai ver o documento. O Visitante Sr. Plínio diz que é a
311 prefeitura, o Conselheiro Kleber insiste que a licença foi concedida porque todos os
312 requisitos que foram exigidos por eles foram cumpridos, senão não poderia, porque, nós
313 não podemos, senão entra como uma questão de responsabilidade. Então é assim, não
314 existe o eu querer, existe o poder através da legislação que todos os departamentos são
315 requisitados, é feita uma análise, é feito um acompanhamento, ninguém vai querer
316 responder processo posteriormente, todo mundo aqui sabe muito bem o que está fazendo,
317 nós não somos, mas nós estamos hoje em função pública, mas nós não somos, amanhã
318 ou depois ela volta à vida dela, eu volto a minha atividade, todo mundo tem sua
319 responsabilidade, a gente, ninguém tem essa ideia de monarquia, de estar lá como
320 monarca, ninguém tem essa visão de poder moderador, que tentam imputar, ou de
321 onipotência da administração pública, ou onisciência, aconteceu aqui, pronto, tá ali, como
322 se houvesse o olho de Deus aqui, como se a gente estivesse em todos os lugares ao
323 mesmo tempo. Isso não existe, existe a forma correta, isso que ela passou, se você está
324 vendo alguma ameaça, qual que é a sua função, tire sua foto, faça seu documento e
325 entregue. “Nós somos sim burocratas da lei, isso porque o Ministério Público não vai ficar
326 vasculhando o Facebook para saber de críticas pessoais ao cidadão que está sentado no
327 cargo do executivo para depois ficar utilizando meio...” (nesse momento, começa um novo
328 tumulto com a intervenção do Visitante Sr. Plínio, e a intervenção da Presidente pedindo
329 que deixe o conselheiro terminar sua fala, impedindo que se entenda o final da fala). O
330 que nós precisamos é simples, parar de amadorismo e trabalhar da forma correta, (nesse
331 ponto, novamente o Sr. Plínio começa a falar em voz alta, iniciando novo tumulto e
332 impedindo a compreensão da fala). Alguém pergunta qual é a forma correta e o
333 conselheiro explica que a forma correta é: solicite (inteligível) e vá ver o processo público.
334 O Visitante Sr. Plínio sobrepõe a sua voz e diz que é CPA 32 (?), “- eu pedi e não me
335 deram, cadê? A senhora mandou eu ir na Secretaria de Meio Ambiente.” A Presidente diz

336 que não mandou, “- o senhor conhece tanto como funciona a lei o senhor deveria saber
337 que um processo administrativo municipal tem que ter número, só isso. Agora eu
338 agradeço, vou encaminhar, Secretário André Ichikawa, eu vou encaminhar por que eu não
339 vou ficar...” (o Secretário começa a falar junto com a Presidente impedindo o entendimento
340 da fala), o Secretário André Ichikawa fala que o Conselheiro Marcelo fez um laudo de flora
341 e foi feito um laudo de fauna. Ele só queria saber do Conselheiro Marcelo qual que foi a
342 data em que foi feito o laudo de flora, se foi antes ou depois da roçada. O Conselheiro
343 Marcelo responde que o laudo de flora teve início no final de outubro. O Secretário André
344 Ichikawa diz que foi depois da roçada, novo vozerio até se esclarecer que foi depois da
345 roçada de setembro. O Conselheiro Marcelo começa dizendo que foram 2 meses
346 trabalhando no levantamento de flora daquela área. Continuam as vozes falando sobre a
347 roçada de setembro, tecendo comentários, até que a presidente diz ao Secretário André
348 Ichikawa que ninguém está falando sobre isso, em meio a novo tumulto onde se fala do
349 estacionamento que foi feito no local em setembro, ela tenta esclarecer que a preocupação
350 era com a ocupação da área pela instalação da Arena , e que o que acontece é que
351 realmente o documento produzido não atende aquilo que as pessoas tinham como anseio,
352 então não adianta a gente continuar argumentando, não adianta. Quem quiser, agora,
353 voltar nesse assunto, pegue o processo, produza documento, eu entreguei tudo ao
354 promotor, e chame o Dr. Tiago também para prestar conta, chame toda a equipe da Polícia
355 Militar Ambiental, que produziu mais de 5 TVAs, que chame a CETESB, que chame todo
356 mundo, o que eu tinha para fazer, já fiz, vocês querem um tribunal de inquisição, o
357 Visitante Sr. Plínio começa um novo tumulto, falando em voz alta e a Presidente diz que
358 “acabou, acabou!” O Conselheiro Thiago pede para criar uma comissão para avaliar esse
359 processo, e na próxima reunião a comissão apresenta aqui um parecer a respeito do
360 processo, acho que é o mais indicado o que seria. E também aproveitando que o
361 palestrante engº André Tomé já está aqui presente veio lá de Santos fazer uma palestra
362 aqui para a gente, queria dizer que poderíamos dar um tempo para ele e gostaria de dizer
363 que o assunto é de extrema importância para o município. A residente diz que se a
364 comissão for constituída será nos termos de uma Comissão Técnica prevista pelo
365 regimento, e independente disso, o documento já está à disposição de quem quiser. O
366 Conselheiro Thiago pede para fazer parte dessa comissão pois trabalha com fauna, a
367 presidente diz que sim, será uma comissão técnica e que aproveitando que vai dar espaço
368 para o nosso palestrante por uma questão de educação ela vai avaliar o regimento interno
369 para ver de que forma essa comissão seria criada e depois ela devolve essa questão, para
370 ser deliberada ainda nessa reunião de hoje. Aproveitando a questão que a Conselheira
371 Mari levantou, no que diz respeito a uma gestão participativa, agora, terminando janeiro,
372 que ela tem uma agenda até o final das atividades de praia, em fevereiro ela vai criar um
373 calendário com os movimentos sociais aqui presentes no CONDEMA para que eles
374 tragam propostas para uma gestão proativa. “- Eu gostaria muito que vocês pensassem,
375 com a Conselheira Mari já houve um desenvolvimento nesse sentido, um andamento
376 nesse sentido, que vocês apresentassem uma agenda propositiva. Agenda de
377 contestação ela é até mais fácil porque você tem um inimigo comum, agora eu quero ver
378 em que medida os movimentos sociais podem participar de uma gestão ambiental da
379 cidade. Então já deixo aqui o convite, já tive contato com a Associação Jd São Luiz, com
380 o BLOPESCA, que inclusive vai participar de uma atividade de educação ambiental
381 itinerante que eu já pensei; o GREMAR, e a agenda agora das atividades ambientais da
382 praia, que foi uma agenda aberta para quem quisesse, os mutirões, que entrou o CALS,
383 entrou outras pessoas, já foi uma agenda oferecida desde que houvesse um conteúdo

384 pedagógico, os discursos são muito bem vindos desde que eles tenham um lugar
385 apropriado para serem pronunciados. Então para a atividade de educação ambiental há
386 um espaço”. Pede que organizem o calendário das instituições de vocês para que a gente
387 possa sentar em uma outra realidade e agradece. O Conselheiro Adalberto pede a palavra
388 e diz que gostaria de convidar para um mutirão de limpeza do Costão, a terceira Ecoação,
389 pois já fizemos duas, e vai ter uma no dia 20, que é a última lá no Guaraú e a partir do dia
390 22 vão fazer um estudo desse lixo que foi encontrado e por cima desse estudo vamos
391 apresentar para o Ministério Público isso aí. Diz que será a partir das 8 horas da manhã
392 na Praia do Costão, nesse sábado e no próximo é no Guaraú, diz que já tem 2 relatórios,
393 elaborados com o lixo que coletaram, e que vão apresentar no CONDEMA esse estudo
394 que estão fazendo e não adianta só coletar o lixo, temos que saber qual lixo é encontrado
395 em nossas praias para tomarmos as medidas públicas para tentarmos sanar esses
396 problemas. Nesse momento, a Presidente chama o palestrante, agradecendo a vinda de
397 Santos para cá, e diz que ele vai nos presentear com uma palestra sobre o Instituto Lixo
398 Zero. A palestra inicia e o Secretário André Ichikawa, levanta-se e sem falar nada retira-
399 se da sala. A Presidente do Conselho começa a estudar o regimento para montar a
400 comissão técnica pedida pelo Conselheiro Thiago, e solicita o auxílio do Conselheiro
401 André Luiz Fontalba, representante do Gabinete. Para não atrapalhar a palestra em
402 desenvolvimento, ambos se retiram da sala para poderem dialogar. Quando o tempo do
403 palestrante começa a terminar, a Conselheira Mari levanta-se e sai da sala para chamar
404 o Secretário André Ichikawa para que oriente o palestrante sobre o término do seu tempo
405 visando a continuidade dos trabalhos, e descobre nesse momento que ele havia ido
406 embora do recinto. Comunica a ausência do Secretário à Presidente e ao Conselheiro
407 André Luiz Fontalba que estavam estudando o regimento do lado de fora da sala, e todos
408 retornam para ver de que forma conduziram essa anormalidade. A Conselheira Mari
409 sugere o cancelamento da reunião e a convocação de uma extraordinária, para tratar
410 sobre a Câmara Temática e que também seja discutida a atitude do Secretário, pois acha
411 que deveriam conversar sobre isso, e o Conselheiro Thiago acha que antes de ficar
412 falando do Secretário, que ele tem família e ele pode ter saído (começam várias pessoas
413 a falar ao mesmo tempo, discordando dessa colocação e a fala fica ininteligível). Nesse
414 ponto a Presidente pede licença e diz que a reunião está encerrada, pois não tem
415 secretário, diante disso, ela encaminhou uma extraordinária para a composição da
416 Câmara Temática. Encerra-se a reunião. Essa transcrição foi feita por mim, Conselheira
417 Mari Polachini, diante do abandono da reunião por parte do Secretário André Ichikawa,
418 que ficou assim impedido de escrever a ata.